

IPES Índice de Preços ao Consumidor

Publicação mensal do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

IPC-IPES
Índice de Preços ao
Consumidor de
Caxias do Sul
Junho de 2017

Junho de 2017

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

REITOR

Prof. Evaldo Antonio Kuiava

VICE-REITOR

Prof. Odacir Deonísio Graciolli

PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

Prof. Marcelo Rossato

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor (a): Prof^a Dra. Maria Carolina Rosa Gullo

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Diretor: Prof. Dr. Roberto Birch Gonçalves

PROFESSORES PESQUISADORES

Prof. Mosár Leandro Ness

Prof. Wilson L. Caldart

AUXILIARES DE PESQUISA

Marli Teresinha Giani

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE CAXIAS DO SUL

Publicação mensal do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais e do Centro de Ciências Sociais da Universidade de Caxias do Sul, constituindo-se num indicador da evolução dos preços de produtos de consumo da cidade.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

Centro de Ciências Sociais

Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – 95070-560, Caxias do Sul – RS

Bloco J – Sala 408 Telefone/ Fax (54) 3218 22 43

<http://www.ucs.br/site/o-instituto-de-pesquisas-economicas-sociais/indice-de-precos-do-consumidor/>

1. APRESENTAÇÃO

O Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul (IPC-IPES) é calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais da Universidade de Caxias do Sul, constituindo-se num indicador da evolução dos preços e do custo de vida nesta cidade. A estrutura desse índice é originária da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada nos anos de 2006 e 2007 que substituiu os resultados da POF realizada nos anos de 1995 e 1996.

O novo levantamento estatístico abrangeu uma amostra de 436 famílias, com renda mensal até 31 salários mínimos daquela época, obtida através de salários e/ou outras rendas. Os preços são coletados na última semana de cada mês segundo os locais de compra e as marcas de produtos mais indicadas pelas famílias entrevistadas.

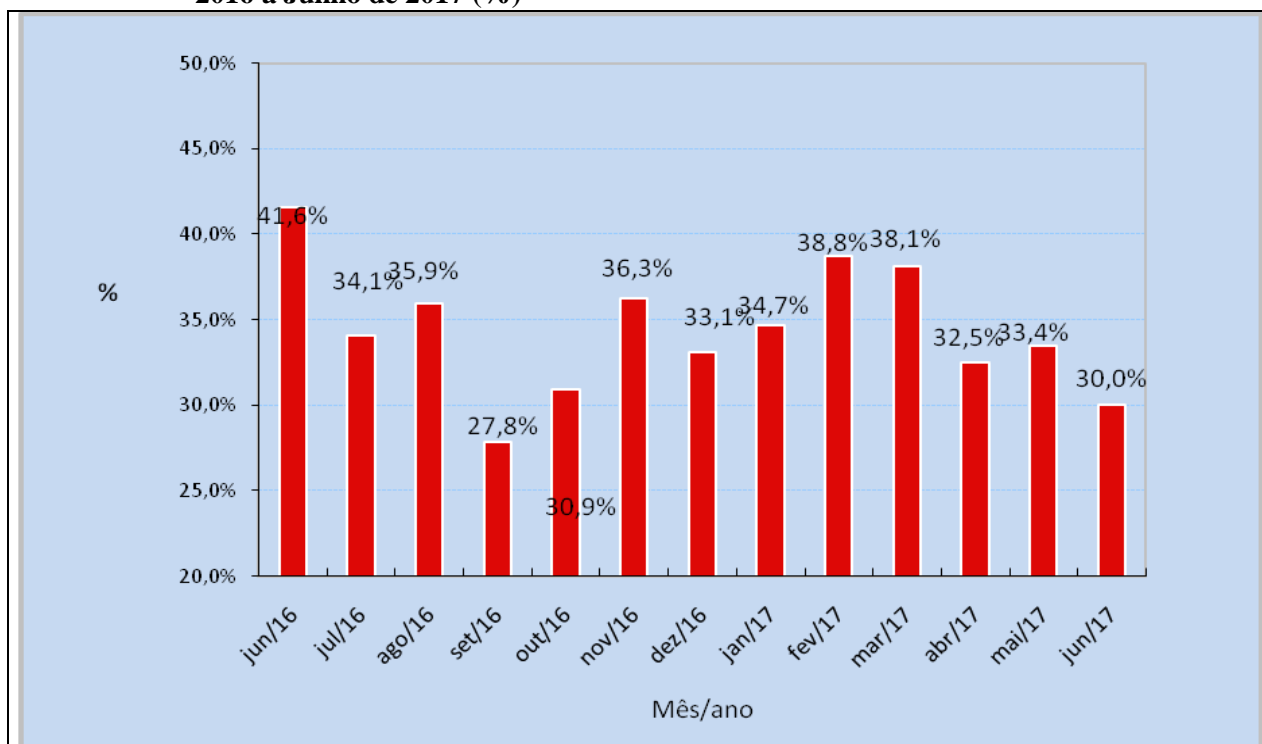
2. VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

O Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul indica um aumento nos preços de - **0,03%** no mês de **Junho** de 2017, contra um aumento de **0,15%** do mês anterior. Com esse resultado, a variação percentual acumulada do IPC-IPES nos últimos doze meses alcançou **2,06%**, correspondendo a um aumento médio mensal no período de 0,13%. Esse resultado é ligeiramente inferior ao mês anterior que registrou um índice acumulado de 2,63%.

Do total de 320 subitens que compõe a estrutura do Índice de Preços ao Consumidor, 96 aumentaram de preços no mês de Junho de 2017, revelando um índice de difusão¹ de 30,0 contra maio que foi de 33,4, contra 32,5 em abril, 38,1 em Março, 38,8 em Fevereiro como se observa na Figura 1. A tendência de queda do índice de difusão vem se mantendo desde fevereiro.

Por outro lado, 93 produtos tiveram seus valores reduzidos, e 131 permaneceram com seus preços inalterados. Os itens com preços majorados contribuíram com 0,82 pontos percentuais (p.p) para o aumento do IPC-IPES e os que sofreram reduções de preços colaboraram com -0,85 p.p. para sua queda.

1 - O índice de difusão é o percentual dos subitens que compõe o IPC que sofreram aumentos de preço no mês atual em relação ao mês anterior. O aumento desse índice indica uma aceleração do processo inflacionário.

FIGURA 1 – Índice de difusão do Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul de Junho de 2016 a Junho de 2017 (%)

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - IPES/UCS.

O Quadro 1 apresenta um resumo das variações dos índices por grupos de consumo que compõem o Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul entre o mês de referência e o anterior, a contribuição de cada grupo e as respectivas variações no ano e em doze meses.

Quadro 1 - Variação e contribuição percentual dos grupos de consumo que compõem o Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul – Junho de 2017

Grupos de Consumo	mai/17	jun/17	Variação no mês %	Contribuição p.p. (*)	No ano	12 meses
Alimentação	165,65	165,95	0,18%	-0,01%	1,08	2,17
Habitação	143,01	143,41	0,28%	0,08%	1,70	3,40
Vestuário	157,69	157,89	0,13%	0,13%	0,75	1,51
Saúde e Higiene Pessoal	144,09	144,29	0,14%	-0,06%	0,85	1,72
Transporte	139,29	139,47	0,13%	-0,18%	0,80	1,61
Educação, Leitura e Recreação	159,42	159,54	0,07%	0,00%	0,46	0,91
Despesas Diversas	114,42	114,50	0,07%	0,00%	0,42	0,84
ÍNDICE GERAL	168,01	167,97	-0,0265%		0,76	2,06

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - IPES/UCS.

* A contribuição percentual indica em quanto a variação percentual de cada Grupo de Consumo influi na variação percentual do Índice Geral.

No mês de referência, dos sete grupos de produtos que compõem o IPC-IPES, dois apresentaram contribuições positivas para o aumento do índice, quais sejam: Habitação, 0,08 p.p.; Vestuário, 0,13 p.p.. Por outro lado, três grupos tiveram variação negativa, Alimentação, -0,01 p.p.; Saúde e Higiene Pessoal -0,06p.p.; Transporte -0,18 p.p. Já o subgrupo de Despesas Diversas e Educação, Leitura e Recreação não apresentaram variação de preço.

No mês de Junho, a variação no grupo Alimentação representou contribuição negativa de - 0,01 p.p., resultado inferior ao do mês anterior, que foi de 0,20 p.p.. Os subgrupos que mais contribuíram para a alta dos preços foram: Alimentos básicos de origem vegetal com 0,072 p.p.; Carnes Frescas e Derivados 0,031 p.p.; Leite, laticínios e ovos 0,009 p.p.; Alimentos infantis 0,008 p.p.; Produtos diversos para alimentação 0,007 p.p. O subgrupo que menos contribuiu para o aumento do índice foi de Enlatados e Conservas com -0,036 p.p (Quadro 2).

Quadro 2 - Variação percentual dos subgrupos de Alimentação que compõem o Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul – Junho de 2017

Grupo Alimentação	Varição	Contribuição p.p.
Alimentos básicos de origem vegetal	1,76%	0,072%
Carnes frescas e derivados	1,00%	0,031%
Leite, laticínios e ovos	3,20%	0,009%
Alimentos infantis	4,00%	0,008%
Produtos diversos para alimentação	0,52%	0,007%
Sal, condimentos e especiarias	0,05%	0,000%
Alimentação fora de casa	0,00%	0,000%
Legumes e Outros Vegetais "In Natura".	-0,83%	-0,006%
Gorduras e Óleos Vegetais Diversos.	-9,78%	-0,013%
Bebidas	-0,70%	-0,021%
Frutas "in natura"	-3,15%	-0,027%
Alimentos para animais	-3,19%	-0,030%
Enlatados e Conservas.	-6,55%	-0,036%
<i>Total</i>		-0,01%

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - IPES/UCS

Por sua vez, por ordem de contribuição positiva no subgrupo de Alimentos básicos de origem vegetal, destaca-se o aumento no preço do Pãezinhos (Cacetinhos) que apresentou uma variação de 5,00% e contribuiu com 0,0597 p.p. para o aumento do índice.

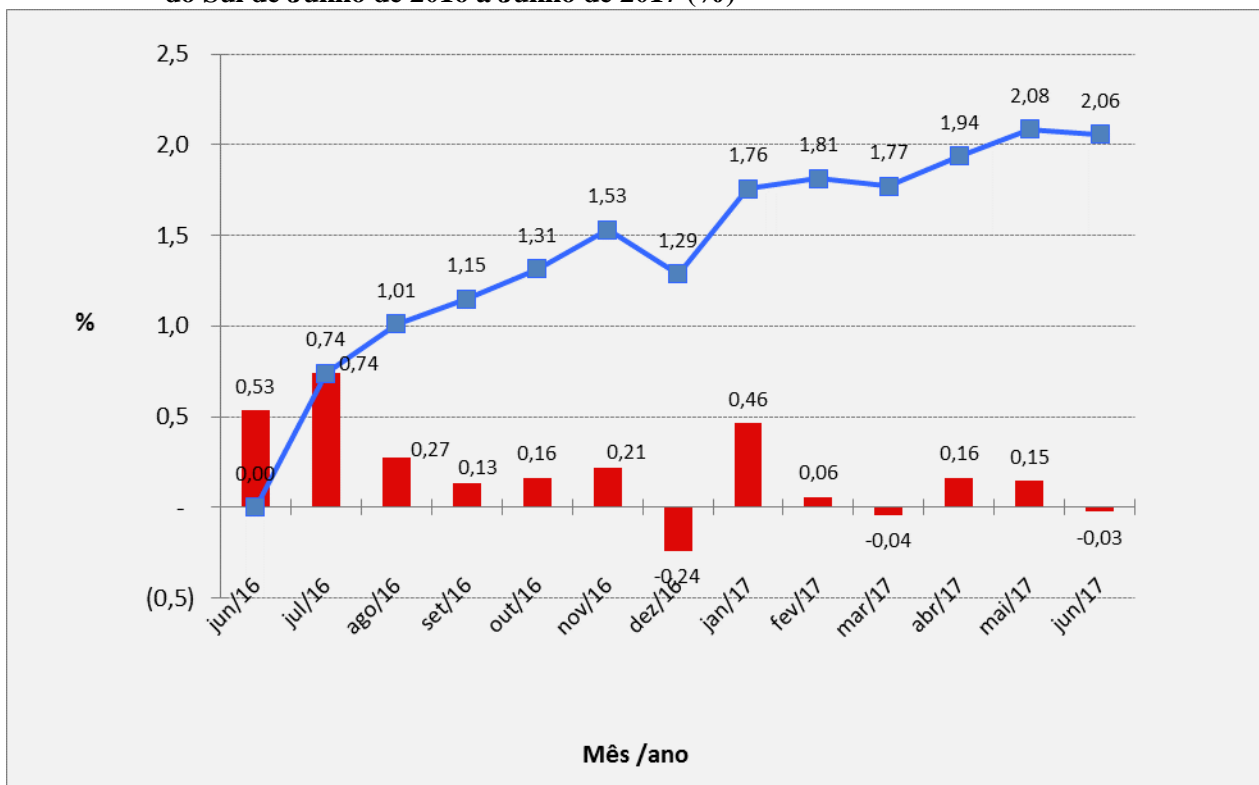
3. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO ÍNDICE

O IPC-IPES de Caxias do Sul apresentou um aumento de 2,06% nos últimos doze meses, com as contribuições dos preços dos grupos de Alimentação, 2,17%, Habitação 3,40%, Vestuário com 1,51%, Saúde e Higiene Pessoal, com 1,72%, e respectivamente, Transporte, 1,61%,

conforme apresentado no Quadro 1. Menores variações ocorreram nas categorias da Educação, Leitura e Recreação, com 0,91%, e Despesas Diversas, com 0,84% de variação nos seus preços médios nos últimos doze meses. No **ano** de 2017, a inflação acumulada é de **0,76%**, correspondendo a uma média mensal para doze meses de 0,22%, contra 0,28% do mês anterior.

A Figura 2 mostra a variação percentual acumulada e mensal do Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul entre Junho de 2016 e Junho de 2017. Percebe-se que, no acumulado em doze meses, o IPC-IPES aumentou 2,06%. No entanto, constata-se que a taxa de Junho de 2017 em relação a Junho do ano anterior denota uma desaceleração na tendência de alta dos preços. No corrente mês, quando comparado com a taxa de Junho de 2016, essa cai de 0,53% para -0,03%.

FIGURA 2 - Variação percentual acumulada e mensal do Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul de Junho de 2016 a Junho de 2017 (%)

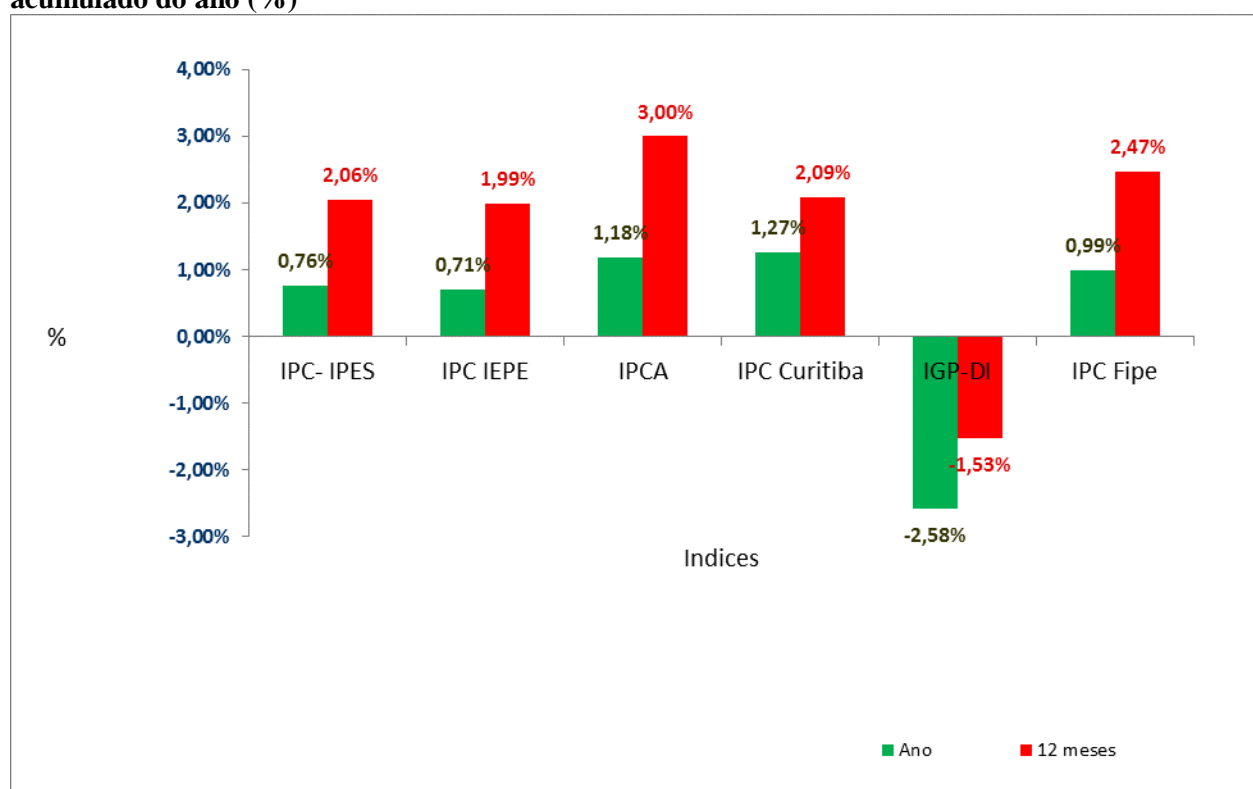


Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - IPES/UCS.

No corrente mês, dos cinco índices de preços calculados por outras instituições utilizados como comparação, no período de doze meses, quatro situaram-se ao redor dos quatro por cento, como mostram os dados do Gráfico 3.

O Gráfico 3 revela que cinco índices de preços apontaram para uma convergência, em termos anuais, foram eles: o IPC-IPES, IPC-IEPE, IPCA (IBGE), IPCA Curitiba e o IPC-FIPE. Estes se posicionaram abaixo dos 3,0% anuais. Já o IGP-DI (FGV) se encontra com variações negativas tanto no ano quanto em doze meses. O comportamento conjunto dos índices de preços revela uma tendência de declínio nos aumentos de preços, sendo que nas regiões metropolitanas medidas, os preços recuaram de forma mais rápida.

Gráfico 3 - Evolução dos principais índices de preços do País nos últimos doze meses e no acumulado do ano (%)



Fonte: IBGE, FIPE, IEPE, FGV e IPES/UCS.

Cenário Econômico

O atual cenário econômico está sendo marcado pelo estado de expectativas, quando os agentes econômicos – famílias, empresas e governo – tomam decisões intertemporais em geral não tem certeza sobre os desdobramentos futuros. Assim uma empresa que tomar a decisão de investir no atual momento no Brasil encontraria não somente o risco, mas também a incerteza quanto aos possíveis cenários da economia. A divulgação do Índice de Atividade do Banco Central de maio revela uma queda de -0,51 p.p. o que denota que o atual cenário econômico

acabou sendo influenciado pela crise política que assola o país. No último relatório argumentávamos que não havia como negar que as denúncias contra o presidente Michel Temer turvaram o cenário, criando uma névoa de incerteza que limita a visão dos agentes econômicos e pode acabar por prejudicar a recuperação da economia que vem se processando. Os resultados agora confirmam nossas suspeitas.

Em meio a crise política a equipe econômica do governo vem trabalhando e dando sinais de que pretende manter o país numa rota de crescimento conforme destacou o relatório Focus. Uma decisão a ser elogiada é a mudança na meta de inflação. Na última quinta-feira (29/06), o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou em 4,25% a meta de inflação para 2019. E em 4,00%, para 2020, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos, em ambos os períodos. Após o anúncio das metas, as expectativas de mercado para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aferidas pela Pesquisa Focus, foram revisadas, passando de 4,25% para 4,00%. Na prática, a revisão das projeções indica que os analistas do mercado financeiro acreditam que o Banco Central conduzirá a inflação de 2020 para os 4,00%, como definido pelo Conselho Monetário Nacional.

A Inflação é outro vetor que vem apresentando um comportamento conforme o esperado. Como se pode ver no Gráfico 3, dos seis índices que embasam nosso estudo cinco já se encontram em termos anualizados abaixo dos 3,0% e um com variação negativa. Ou seja, podemos afirmar que nos encontramos em um processo de desinflação, que ocorre quando após um período de alta os preços caem de forma consistente e repetida por vários períodos. Os próximos reajustes salariais, dependo de sua data base irão incorporar em parte a inflação do passado, o que vai colaborar para uma leve recuperação da renda dos trabalhadores e do consumo.

O fato que ainda preocupa é o déficit orçamentário do setor público, conforme Latif (2017) está na casa de 2,5% do PIB em 12 meses. A meta este ano é de um déficit de 2,1% do PIB (R\$139 bilhões). O governo vai depender de receitas extraordinárias para cumprir a meta, e o atual cenário em termos de arrecadação tributária é frustrante, pois, com a baixa atividade econômica, temos menos consumo, produção e conseqüentemente arrecadação. Para poder cumprir em parte a meta fiscal o governo vem utilizando as receitas transitórias. Essas não deveriam ser utilizadas para o pagamento de despesas correntes, mas sim para a redução da dívida pública. O Tesouro Nacional sabe disso, porém não há o que fazer.

Ainda de acordo com Latif (2017), se excluirmos do cálculo do déficit público, as receitas não correntes a situação se agrava, ainda mais, o déficit salta para algo como 3,3% do PIB. Para que a dívida pública interrompa a tendência de alta, seria necessário um superávit de 2,5% do PIB. Isso significa que o ajuste fiscal hoje teria que ser de cerca de 5,8% do PIB. Nunca fizemos ajuste fiscal tão grande. Fernando Henrique Cardoso fez um de 2% do PIB no seu segundo mandato, contando basicamente com aumento da carga tributária, algo impensável no atual momento. Por outro lado, se a reforma da Previdência acrescida de outros cortes de gastos for feita o equilíbrio fiscal virá em 2022. Caso essa não venha a ocorrer teremos um colapso nas contas públicas com a folha de pagamento ultrapassando os 65,0% do orçamento e aí estaríamos virtualmente quebrados.

Como se pode observar o cenário econômico ainda inspira muito cuidado e cautela por parte, tanto da equipe econômica, quanto por parte de toda população. Já que é interesse dessa, cobrar uma postura mais séria tanto da classe política, quanto do judiciário. Para que assim, o conturbado momento seja vencido.

Caxias do Sul, 17 de julho de 2017.

Prof. Wilson Luís Caldart
Economista.

Prof. Mosár Leandro Ness
Economista

Prof. Roberto Birch Gonçalves
Diretor

Bibliografia:

FOCUS, **Relatório de Mercado**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20170707.pdf>
Acesso em 14 de julho de 2017.

LATIF, Zeina. **Vamos falar a verdade**. Disponível em: <<http://www.institutomillennium.org.br/artigos/sobre-democracia-oportunidade/>> Acesso em: 12 julho. 2017.

MITCHELL, Wesley Clair. **Os ciclos econômicos e suas causas**. São Paulo: Junho Cultural, 1984. 168 p.

SACHS, Jeffrey D. & LARRAIN, Felipe B. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1995. p. 578-614.